



**PROTOCOLO Nº:** 163/2019      **Nº CONTROLE:** 219279      **CGM:** 187  
**TITULAR:** JARBAS DA SILVA MARTINI  
**CPF:** 13063197068      **TELEFONE:** 3433-7842  
**ASSUNTO** PROJETO DE LEI  
**LOGRADOURO:** OSVALDO ARANHA, 827  
**BAIRRO:** CENTRO  
**MUNICÍPIO:** ITAQUI  
**DATA:** 22/04/2019

**OUTROS DADOS**

Encaminhamento de Projeto de Lei.

**DOCUMENTOS**

**ASSINATURA DO REQUERENTE**

JARBAS DA SILVA MARTINI

**ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS**

**DATA:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**NOME:**

**CPF/CI:**

PREFEITURA DE ITAQUI – RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0141-19

Itaqui(RS), 17 de abril de 2019.

Exmo. Senhor Vereador  
**CLOVIS ANTÔNIO RAVAROTTO CORREA**  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Palácio Rincão da Cruz  
Rua Dr. João Sisnando Dubal Goulart, nº 942  
Bairro: Centro  
CEP: 97650-000  
Itaqui-RS

**Assunto:** Encaminhamento de Projeto de Lei.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar, para apreciação e decisão por parte dessa Casa Legislativa, o anexo **Projeto de Lei nº 020-19**, de 17-04-2019, que busca autorização para “*Alterar a redação do Artigo 1º, da Lei Municipal n.º 2.831, de 29 de março de 2004*”.

Colocamo-nos a disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

  
**Jarbas da Silva Martini**  
Prefeito

Câmara de Vereadores de Itaqui  
Secretaria



Recebi em: 22/04/2019

Horário: 10:11

Ass.: 

MUNICÍPIO DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 020-19, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Altera a redação do Artigo 1º, da Lei Municipal n.º 2.831, de 29 de março de 2004.

**Art. 1º** O Artigo 1º, da Lei Municipal n.º 2.831, de 29 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º As remunerações dos servidores públicos municipais e os subsídios, serão revistos, no dia 1º de janeiro de cada ano, em cumprimento ao disposto no inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal.*

*§ 1º O percentual a ser utilizado para concessão da Revisão Geral Anual será a média obtida dos percentuais acumulados, referentes aos últimos 12 (doze) meses, dos seguintes índices:*

*I – IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo);*

*II – IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado);*

*III – INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).*

*§ 2º O índice de revisão geral anual é extensivo aos proventos da inatividade, pensões e celetistas estáveis.”*

**Art. 2º** Ratificam-se as demais disposições vigentes na Lei Municipal n.º 2.831, de 29 de março de 2004, não alteradas por esta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor a partir na data de sua publicação.

**Art. 4º** Fica revogada a Lei n.º 4.098, de 18 de março de 2015.

**Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2019.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI  
Protocolo

Protocolo

Rubrica

Folha nº 02



MUNICÍPIO DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 020-19, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando para apreciação e decisão dessa Câmara de Vereadores, o presente Projeto de Lei nº 020-19, visando a imprescindível autorização legislativa, com a finalidade de alterar a redação do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 2.831, de 29 de março de 2004, no tocante ao índice previsto para a Revisão Geral Anual dos servidores públicos municipais, ou seja, a realização da revisão pela média obtida dos percentuais acumulados referentes aos últimos 12 meses dos índices IPC-A, IGP-M e INPC.

Respeitada a iniciativa privativa de cada Poder, o Executivo tem competência para conceder revisão geral anual aos vencimentos de seus servidores públicos, nos termos do inciso X, parte final, do artigo 37, extensivo aos aposentados e pensionistas do Município, nos termos do parágrafo oitavo, artigo 40, ambos da Constituição Federal.

O Município, através do chefe do Poder Executivo, dentro de sua competência legislativa, vem propor o presente Projeto de Lei com vistas a alterar o índice para concessão da Revisão Geral Anual. Destacando-se aqui, que estamos considerando os índices citados e que os mesmos medem a inflação no Brasil e, ainda, que todos têm o objetivo de acompanhar a variação de preços.

Assim, observando-se que os indicadores econômicos demonstram que os índices inflacionários, embora estejam sob controle, persistem num patamar anual que contribui para a perda do poder aquisitivo dos servidores, a alteração ora requerida visa, principalmente, possibilitar à reposição da inflação e a recuperação do poder de aquisição dos servidores e, avalia a coerência dos percentuais propostos, neste caso, a média dos índices, com as perspectivas econômicas para o próximo período e, está diretamente ligado ao dia a dia dos servidores do município.

Em síntese, uma vez aprovado tal Projeto de Lei, a Revisão Geral Anual para os servidores públicos do Município de Itaqui terá e será revista pela média dos cálculos de percentuais dos índices do IPCA, IGP e INPC, a partir 1º de janeiro de 2020.

A alteração da presente Lei, justifica-se pelo incontestável fato de que a inflação vem defasando os salários e com essa medida, busca-se e pretende-se amenizar as perdas salariais, além de valorizar, os valorosos servidores públicos de Itaqui.

São estas as razões que justificam e racionalizam a aprovação do presente projeto de lei.

**Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2019.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI  
Protocolo

Protocolo

Folha nº 03

**CAMARA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua João Dubal Goulart, 942

ITAQUI - RS

55 34338207 - CNPJ : 90.776.279/0001-92

contador@camaraitaqui.rs.gov.br

www.camaraitaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 163/2019  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 02/05/2019  
Hora: 08:43  
Usuário: CID VANDERLEI KRAHN  
Público: Sim

**Processo :** 163/2019**Data :** 22/04/2019**Tipo :** PROJETO DE LEI**Requerente :** JARBAS DA SILVA MARTINI**Observação :** Encaminhamento de Projeto de Lei.**Titular do Processo :** JARBAS DA SILVA MARTINI**Hora :** 10:23**Atendente :** PAMELA PIARDI DE ALMEIDA

**Despacho :** Consoante entendimento exposto na Informação nº 17.769/2019, do IGAM (em anexo), corroborando a posição desta Procuradoria, nos parece q o PL se encontra de acordo com a legislação brasileira vigente. Para que os senhores Vereadores saibam qual será o impacto da nova redação proposta à lei que pretende o PL alterar, a inflação do ano de 2018, medida pelos índices constantes da lei, são os seguintes: INPC (que mede o reajuste das aposentadorias e pensões do INSS e é índice que deveria ter sido aplicado na correção do Salário Mínimo) foi de 3,43%; do IGP-M (que é a chamada "inflação dos aluguéis) foi de 7,54% e o IPCA (que atualiza todos os impostos do Município anualmente) foi de 3,75%. Assim, pela redação atualmente vigente, o RGA (Reajuste Geral Anual) foi o do IGP-M, ou seja, de 7,54%. Este RGA, se fosse calculado pela sistemática prevista no PL seria de 4,90% (7,54 + 3,43 + 3,75/3).

CAMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

Protocolo

folha nº 04

Rubrica



Porto Alegre, 29 de abril de 2019.

## Orientação Técnica IGAM nº 17.769/2019.

I. A Câmara Municipal de Itaqui solicita análise orientação do IGAM acerca do Projeto de Lei nº 020, de 2019, de autoria do poder Executivo, que pretende alterar a redação do art. 1º, da Lei Municipal n.º 2.831, de 29 de março de 2004.

II. A iniciativa legislativa do projeto está correta, atendendo o disposto no art. 53 da Lei Orgânica Municipal<sup>1</sup>.

III. No caso concreto do projeto de lei em tela, a alteração pretendida se dá nos termos que seguem:

Lei nº 4.098, de 18 de março de 2005	Proposta de redação:
Art. 1º As remunerações dos servidores públicos municipais e os subsídios, serão revistos, no dia 1º de janeiro de cada ano. §1º O índice oficial a ser utilizado para concessão da revisão geral anual será o IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou, IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), percentuais acumulados referente aos últimos 12 (doze) meses, sendo fixado aquele que melhor recompor as perdas econômicas do período; §2º O índice de revisão geral anual é extensivo aos proventos da inatividade, pensões e celetistas estáveis.	Art. 1º As remunerações dos servidores públicos municipais e os subsídios, serão revistos, no dia 1º de janeiro de cada ano, em cumprimento ao disposto no inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal. § 1º O percentual a ser utilizado para concessão da Revisão Geral Anual <u>será a média obtida</u> dos percentuais acumulados, referentes aos últimos 12 (doze) meses, dos seguintes índices: I – IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo); II – IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado); III – INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

<sup>1</sup> Art. 53. Compete privativamente ao Prefeito:

k) prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI  
Protocolo  
Rubrica  
folha nº 05

§ 2º O índice de revisão geral anual é extensivo aos proventos da inatividade, pensões e celetistas estáveis.

Neste sentido, não se avista óbice na proposição, uma vez que é admitida o uso da “média” para cálculo da Revisão Geral Anual, desde que recupera a perda inflacionária dos últimos 12 meses no momento da respectiva concessão da RGA todos os anos, bem como está corretamente proposta, nos termos do art. 37, X<sup>2</sup>, da Constituição Federal, diante da competência reservada do Prefeito e seguida de justificativa.

IV. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade do Projeto de Lei nº 020, de 2019, levando em consideração o disposto nesta Orientação Técnica.

O IGAM permanece a disposição.



**VANESSA L. PEDROZO DEMETRIO**  
OAB/RS 104.401  
Supervisora do Jurídico do IGAM



**CAROLINE R. NEITZKE RODRIGUES**  
Assistente de Pesquisa do IGAM

<sup>2</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.



**CAMARA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua João Dubal Goulart, 942

ITAQUI - RS

55 34338207 - CNPJ : 90.776.279/0001-92

contador@camaraitaqui.rs.gov.br

www.camaraitaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 163/2019  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 02/05/2019  
Hora: 11:14  
Usuário: PATRICK MOTA MUNIZ  
Público: Sim

Processo : 163/2019

Data : 22/04/2019

Tipo : PROJETO DE LEI

Requerente : JARBAS DA SILVA MARTINI

Observação : Encaminhamento de Projeto de Lei.

Titular do Processo : JARBAS DA SILVA MARTINI

Hora : 10:23

Atendente : PAMELA PIARDI DE ALMEIDA

**Despacho : Encaminho a SECRETARIA para tramitação regular.**

**Em: 02/05/18.**

Patrick Muniz  
Oficial de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUI  
Protocolo  
folha nº 07  
Rubrica